



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

EIXO: POLÍTICA SOCIAL, SEGURIDADE SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL

**Governo Bolsonaro e a Guerra Cultural contra as
Universidades Federais como um projeto político neofascista**

Franciele Piva Borsato ¹

Ivana Aparecida Weissbach Moreira ²

Resumo: O artigo analisa a guerra cultural do governo Jair Bolsonaro contra as universidades federais como componente estratégico de um projeto político neofascista. Parte-se da hipótese de que o bolsonarismo se insere em um processo de fascistização, articulado à crise de hegemonia, à crise de representação política e à ofensiva ultraneoliberal. O trabalho mobiliza contribuições de Nicos Poulantzas, Armando Boito Jr. e Michael Löwy, articuladas a estudos sobre guerra cultural e extrema direita. Metodologicamente, realiza-se revisão bibliográfica e análise teórico-interpretativa. Conclui-se que os ataques à autonomia universitária, à ciência e ao pensamento crítico operam como mecanismo de construção do inimigo interno e sustentação ideológica para políticas ultraneoliberal, reconfigurando a dominação no capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-chave Neofascismo; Guerra cultural; Universidades federais; Bolsonarismo.

Abstract: This article analyzes the cultural war promoted by Jair Bolsonaro's government against federal universities as a strategic component of a neo-fascist political project. The central hypothesis is that bolsonarism is part of a situated fascistization process, linked to a crisis of hegemony, a crisis of political representation, and an ultraneoliberal offensive. The study draws on Nicos Poulantzas, Armando Boito Jr., and Michael Löwy, alongside research on cultural war and the far right. Methodologically, it is based on a bibliographic review and theoretical-interpretive analysis. The conclusion argues that attacks on university autonomy, science, and critical thinking function as mechanisms for constructing an internal enemy and providing ideological support for regressive ultra-noliberals, reshaping domination within Brazil's dependent capitalism.

Keywords: Neo-fascism; Cultural war; Federal universities; Bolsonarism.

¹ Assistente Social na Universidade Tecnológica Federal do Paraná e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. francieliborsato@gmail.com.

² Assistente social na Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE), na Reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo, ivanawmoreira@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

“(…)se a história tem um sentido, é o de poder servir de lição para o presente”
(Poulantzas, 1972b, p. 159).

A ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, inaugurou um ciclo político marcado pela intensificação de tendências autoritárias e pela centralidade de uma ofensiva cultural dirigida contra instituições estratégicas para a democracia brasileira, especialmente universidades, ciência e aparelhos públicos de educação e cultura. Mais do que um estilo retórico agressivo, o bolsonarismo consolidou-se como fenômeno político de massas, articulando segmentos sociais diversos em torno de valores ultraconservadores, anticomunistas e anti-intelectuais, convertendo a guerra cultural em instrumento permanente de disputa política. Nesse cenário, a caracterização do governo Bolsonaro como neofascista constitui hipótese interpretativa relevante para compreender tanto sua dinâmica interna quanto às transformações do Estado e da dominação burguesa no Brasil contemporâneo.

Este artigo parte do pressuposto de que o conceito de neofascismo pode operar como categoria teórico-analítica rigorosa quando articulado à leitura estrutural das crises políticas e das recomposições do bloco no poder. Para tanto, mobilizam-se enunciados centrais de Nicos Poulantzas (1972a; 1972b), bem como contribuições de Boito Jr. (2020; 2021) e Löwy (2019), autores que, com diferenças importantes, convergem na interpretação do bolsonarismo como expressão contemporânea de um processo de fascistização. Em Poulantzas, o fascismo é entendido como forma possível de reorganização autoritária do poder político em contextos de crise de hegemonia, quando as classes dominantes encontram dificuldades para assegurar sua direção política por meio das formas ordinárias da democracia liberal.

Ao situar o bolsonarismo nesse horizonte, sustenta-se que a guerra cultural contra universidades e ciência não se reduz à disputa secundária de valores, mas integra estratégia de poder orientada à recomposição autoritária da dominação burguesa e ao aprofundamento de uma ofensiva ultraneoliberal. Ataques à autonomia universitária, à legitimidade do conhecimento científico e à imprensa operam como mecanismos de construção do inimigo interno e de mobilização permanente de uma base social reacionária, contribuindo para desidratar resistências e viabilizar reformas regressivas. Assim, argumenta-se que o governo Bolsonaro pode ser analisado como um neofascismo situado: distinto do fascismo clássico em formas organizativas, mas convergente quanto à função política de reorganizar o Estado, reconfigurar alianças no bloco no poder e intensificar ataques a direitos e liberdades democráticas.



1. ALGUNS ENUNCIADOS DE POULANTZAS E BOITO JR. PARA COMPREENDER O GOVERNO NEOFASCISTA DE JAIR BOLSONARO

Para qualificar o governo Bolsonaro como neofascista e utilizar essa categoria como chave de análise da guerra cultural dirigida às universidades e à produção científica, parte-se das contribuições de Poulantzas (1972a; 1972b) sobre o fascismo e de leituras do caso brasileiro formuladas por Boito Jr. (2020; 2021) e Löwy (2019). Essas abordagens compreendem o fascismo não como fenômeno homogêneo e historicamente encerrado, mas como forma específica de reorganização do poder político, resultante da reconfiguração de alianças entre classes e frações no interior do bloco no poder. Nessa perspectiva, o fascismo constitui modalidade possível do Estado capitalista de exceção, acionada em contextos de crise de hegemonia, quando a dominação burguesa não pode ser assegurada pelas formas democráticas ordinárias.

Poulantzas critica leituras historicistas que restringem a validade do conceito de fascismo ao período dos regimes clássicos. Para o autor, não há relação de identidade entre o conceito e experiências históricas específicas, pois o fascismo corresponde a um fenômeno geral das crises políticas que podem emergir em conjunturas distintas (Poulantzas, 1972a). Com base na análise das experiências europeias, o autor identifica condições históricas que favoreceram o processo de fascistização, destacando: (i) derrotas políticas das classes trabalhadoras, que passam à defensiva; (ii) crise de hegemonia no bloco no poder, marcada por instabilidade e paralisia decisória; (iii) ofensiva burguesa com perdas de direitos e austeridade; (iv) crise de representação partidária das classes dominantes; e (v) constituição da pequena burguesia como base social de um movimento de massas. A consolidação do fascismo pressupõe, ainda, a articulação orgânica entre essa base pequeno-burguesa e a fração dominante que busca se afirmar como hegemônica, canalizando a mobilização reacionária para recompor a direção burguesa em contexto de crise.

No plano ideológico, Poulantzas sustenta que a ideologia fascista é variante da ideologia imperialista e opera por meio da construção de inimigos, ataque ao liberalismo, deslegitimação de instituições e mobilização moralizante. Sua eficácia depende de sua atuação privilegiada em aparelhos ideológicos, como partido, família e propaganda, conformando o núcleo dominante da reprodução ideológica no fascismo (Poulantzas, 1972a).

Ao transpor essas formulações para a particularidade brasileira, Boito Jr. (2020; 2021) sistematiza diferenças em relação ao fascismo clássico e propõe o conceito de neofascismo como espécie distinta dentro do gênero fascismo. Para o autor, o neofascismo emerge em contexto de crise política e econômica articulada à crise de hegemonia no bloco no poder e à ofensiva burguesa por retirada de direitos. Contudo, diferentemente do fascismo clássico, não enfrenta um movimento operário revolucionário de massas, mas uma esquerda fragilizada e identificada com reformismo. Sua organização ocorre predominantemente pelas



redes sociais, e não por movimentos partidários clássicos, embora mantenha caráter reacionário de massa.

Löwy (2019) concorda parcialmente com essa caracterização, argumentando que Bolsonaro não mobilizou apenas a pequena burguesia, mas também setores populares e parcelas da classe trabalhadora. Ainda assim, a noção de neofascismo se justifica para explicar forças políticas com traços fascistas que não reproduzem integralmente o modelo histórico clássico. Druk e Filgueiras (2020) reforçam que o bolsonarismo possui estrutura política e ideológica relativamente coesa, apesar da ausência de um partido unificador. Já Melo (2020) destaca a capacidade de síntese contrarrevolucionária do bolsonarismo, que aglutina correntes heterogêneas sob valores unificadores como anticomunismo, antipetismo e violência simbólica.

No Brasil, a crise política se intensifica com o esgotamento do arranjo institucional pós-1988, especialmente após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, que expressou a ruptura do pacto de governabilidade e reorganização do bloco no poder. O colapso de partidos tradicionais e o descrédito institucional abriram espaço para lideranças antissistêmicas e moralizantes, favorecendo a ascensão de Bolsonaro como figura capaz de ocupar o vazio de direção política. Nesse cenário, a guerra cultural tornou-se eixo estruturante para construir inimigos internos e mobilizar processos regressivos, contribuindo para sustentar a agenda ultraneoliberal.

2. GUERRA CULTURAL COMO ESTRATÉGIA NEOFASCISTA DO GOVERNO BOLSONARO

A ascensão de Jair Bolsonaro ao governo esteve articulada à mobilização sistemática da guerra cultural como estratégia política, convertida em eixo estruturante do exercício governamental (Rocha, 2021). A guerra cultural operou como mecanismo privilegiado de disputa ideológica e reorganização do campo político, mobilizando conflitos morais e simbólicos para produzir identificação e coesão social reacionária. Essa função foi desempenhada principalmente pelas redes sociais e por estratégias associadas à guerra híbrida, incluindo o uso de algoritmos, perfis automatizados e mídias digitais, que possibilitam engajamento político contínuo e individualizado (Filgueiras; Druk, 2020).

O fenômeno deve ser compreendido como parte da condensação material das relações de força entre classes e frações, conforme a perspectiva poulantziana do Estado e das lutas políticas. Assim, a guerra cultural não se restringe ao plano discursivo, mas articula-se a estratégias econômicas e políticas, tornando-se funcional à viabilização de um projeto ultraneoliberal ao deslegitimar resistências institucionais e sociais.

O conceito de guerra cultural ganha centralidade nos Estados Unidos a partir de Hunter (1991) e se projeta para a arena institucional com a intervenção de Patrick Buchanan



em 1992, ao enquadrar pautas como aborto e direitos LGBTQIA+ como ameaças existenciais à identidade nacional (Melo; Vaz, 2021). No Brasil, esse dispositivo assume contornos próprios, articulando valores conservadores, tradicionalistas, religiosos e liberais. Entre eles, destacam-se: (a) o “cidadão de bem”; (b) revisionismo e negacionismo da ditadura militar; (c) conservadorismo cristão como fundamento exclusivo da nacionalidade; (d) anti-intelectualismo e teorias conspiratórias, como “marxismo cultural”; e (e) anticomunismo e retórica anticorrupção como mobilização autoritária.

A guerra cultural bolsonarista também se conecta a repertórios transnacionais da extrema direita, influenciados pela *alt-right* estadunidense e por Steve Bannon, cuja ideologia opera por códigos binários excludentes e narrativas apocalípticas (Alexander, 2018). No Brasil, esse arsenal comunicacional foi decisivo para a ascensão bolsonarista, articulando mobilização digital e ocupação do espaço público por movimentos conservadores, além de iniciativas empresariais e projetos de propaganda ideológica. Nesse contexto, Olavo de Carvalho desempenhou papel relevante ao sustentar que a disputa não era apenas de ideias, mas de controle material dos meios de produção e difusão ideológica, especialmente às universidades e mídia (Carvalho, 2012).

Após a eleição, a guerra cultural foi deslocada para a transformação dos marcos institucionais do Estado, tendo a educação e a cultura como campos centrais. O objetivo passou a ser a destruição simbólica e material de instituições supostamente “aparelhadas” pela esquerda, em narrativa influenciada pelo Projeto Orvil, que sustenta a ideia conspiratória de infiltração comunista na cultura e na educação.

3. COMO A GUERRA CULTURAL AFETA A UNIVERSIDADE?

A guerra cultural bolsonarista, circunscrita a valores conservadores, religiosos e liberais, impacta as universidades tanto simbolicamente quanto materialmente. O anti-intelectualismo, o anticientificismo e o discurso do “marxismo cultural” conformaram uma política educacional marcada por sufocamento orçamentário, tentativas de silenciamento e intervenções na autonomia universitária. Em termos estratégicos, a universidade é enquadrada como ameaça por impulsionar secularização, igualdade, reconhecimento de conflitos sociais e enfrentamento de opressões, elementos incompatíveis com a lógica neofascista.

No discurso governamental, universidades são associadas à “doutrinação”, à “balbúrdia” e à subversão moral, funcionando como inimigos internos que justificam medidas autoritárias e de desmonte. Esse repertório contribui para consolidar senso comum anticientífico, no qual o conhecimento acadêmico é tratado como manipulação ideológica. Dada a existência de garantias constitucionais e vínculos sociais e científicos densos, o



controle direto das universidades é mais difícil; por isso, a estratégia tende a operar por erosão paulatina da autonomia, enfraquecendo a instituição até torná-la funcional ao programa governamental.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida sustenta que o bolsonarismo não pode ser reduzido a fenômeno conjuntural ou simples radicalização discursiva, mas deve ser compreendido como expressão de um neofascismo situado, cuja função histórica central consiste em reorganizar autoritariamente o poder político em contexto de instabilidade estrutural, crise de hegemonia e intensificação da ofensiva burguesa contra direitos sociais. Nessa dinâmica, a guerra cultural emerge como elemento estruturante, operando como dispositivo estratégico de produção de consenso reacionário e sustentação ideológica de um projeto ultraneoliberal.

Ao mobilizar anticomunismo, negacionismo, anti-intelectualismo e teorias conspiratórias, a guerra cultural constrói inimigos internos e institui moralidade política binária, deslocando conflitos estruturais do capitalismo dependente para um terreno simbólico permanente. Ao mesmo tempo, fortalece uma base social mobilizada afetivamente, convertendo ressentimentos em adesão a um projeto autoritário. Os ataques às universidades e à ciência devem, portanto, ser compreendidos como parte de uma política orientada à desidratação de mediações institucionais e ao enfraquecimento de espaços de crítica social e resistência organizada.

Dessa forma, conclui-se que a guerra cultural não é apenas “guerra de valores”, mas mecanismo de reorganização autoritária da dominação, articulando ideologia, mobilização social e ação estatal para viabilizar reformas regressivas e restringir direitos. Compreender o bolsonarismo como neofascismo situado constitui esforço analítico necessário para identificar tendências de fascistização e suas implicações para o futuro da democracia brasileira. Nesse sentido, a defesa da universidade pública, da ciência e das instituições democráticas não se reduz à pauta corporativa, mas integra uma dimensão central da luta política contra projetos autoritários e contra a radicalização das formas de exploração no capitalismo dependente.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. **Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon.** *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1009-1023, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/sant/a/bLLTnxyrMppVhCXwChrm6rN/>. Acesso em: 03 fev. 2026.

BOITO JR., Armando. **A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista.** *A Terra É Redonda*, 17 out. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/>. Acesso em: 12 jan. 2026.



BOITO JR., Armando. **O neofascismo na semiperiferia do sistema imperialista.** *A Terra É Redonda*, 05 nov. 2021. Disponível em:

<https://aterraeredonda.com.br/o-neofascismo-na-semiperiferia-do-sistema-imperialista/>.

Acesso em: 12 jan. 2026.

CARVALHO, Olavo de. **Obviedades estratégicas.** *Diário do Comércio*, 6 fev. 2012.

Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/obviedades-estrategicas/>. Acesso em: 03 fev. 2026.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. **O Brasil nas trevas (2013-2020): do golpe neoliberal ao neofascismo.** São Paulo: Boitempo, 2020.

LÖWY, Michael. **Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro.** *A Terra É Redonda*, 24 out. 2019. Disponível em:

<https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-phenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro>.

Acesso em: 29 jan. 2026.

MELO, Demian. **O bolsonarismo como fascismo do século XXI.** In: *(NEO)FASCISMOS e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Morula Editorial, 2020.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura: a III Internacional face ao fascismo.** v. 1. Porto: Portucalense Editora, 1972a.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura: a III Internacional face ao fascismo.** v. 2. Porto: Portucalense Editora, 1972b.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio (Crônicas de um Brasil pós-político).** Goiânia: Caminhos, 2021.